



VIOÊNCIA

Preso por estupro de mulher durante parto

Enfermeiras fizeram vídeos por desconfiarem da postura do médico, que se aproveitou de parturiente enquanto estava sedada

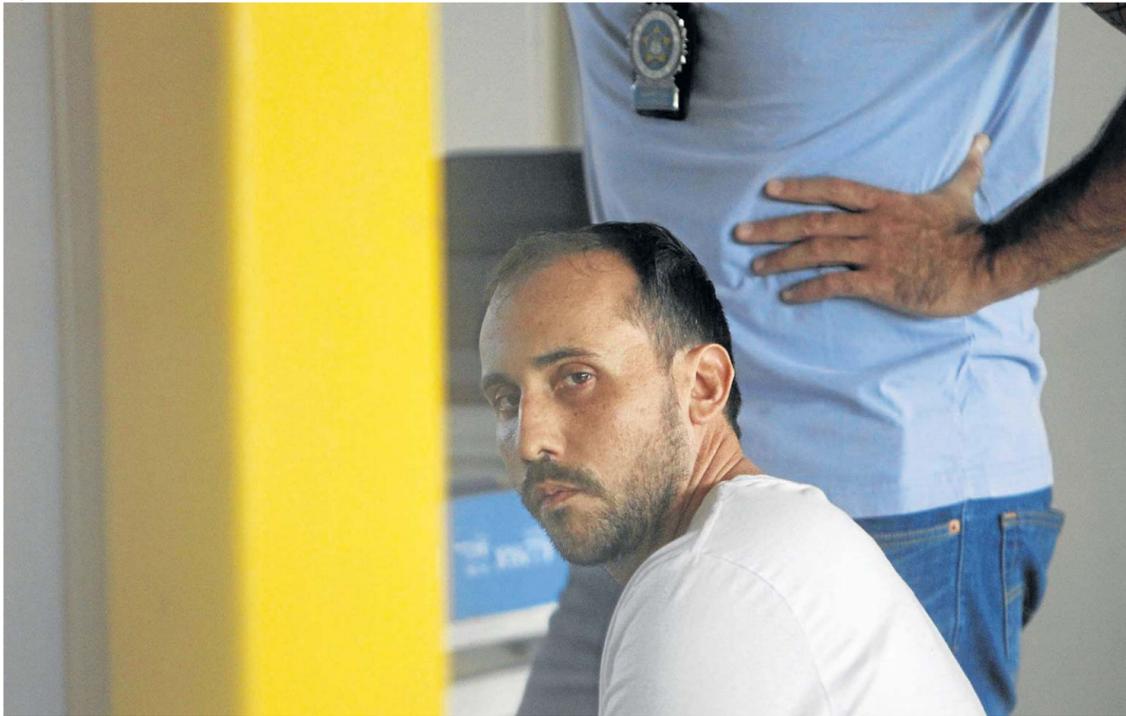
O médico anestesista Giovanni Quintella Bezerra, de 32 anos, foi preso na madrugada de ontem acusado de estuprar uma gestante que estava em trabalho de parto no Hospital da Mulher Heloneida Studart, em Vilar dos Teles, bairro de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. A prisão foi realizada por policiais civis da Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) no município, na região metropolitana do Rio, após denúncia feita pelos profissionais da unidade de saúde.

Quintella foi autuado em flagrante e encaminhado ao presídio de Benfica, na zona norte do Rio. Mais dois partos realizados também no último domingo, além de outro feito no começo do mês — o anestesista trabalhou em todos —, estão sendo investigados. Há a suspeita de que ele tenha estupro as parturientes nas três cirurgias.

De acordo com a polícia, Quintella foi filmado enquanto abusava de uma paciente, que estava sedada e passava por uma cesariana. Desconfiadas do comportamento do médico e da quantidade de sedativo que ele utilizava na cirurgia, enfermeiras e técnicas de enfermagem esconderam um celular em um armário com porta de vidro, na sala de parto, e registraram o abuso.

As imagens, que serviram como prova para a autuação em flagrante, mostram Quintella ao lado da paciente dopada. Enquanto a equipe cirúrgica se prepara para começar a cesariana, o anestesista tira o pênis da calça e o coloca

Reginaldo Pimenta



Quintella foi preso em flagrante, depois que a polícia recebeu as imagens em que abusava de uma mulher que passava por uma cesariana

na boca da grávida. Os outros profissionais tinham a visão bloqueada por uma espécie de biombo e, por isso, não viram o estupro.

A gravação foi feita na noite de domingo passado. A delegada Bárbara Lomba, titular da Deam em São João de Meriti, deu voz de prisão a Quintella, que não esboçou reação. O anestesista foi indiciado por estupro de vulnerável, cuja pena varia de oito a 15 anos de

reclusão. Mas também poderá responder por outros crimes, de acordo com o curso da investigação.

Em nota, a Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Saúde, responsáveis pelo Hospital Heloneida Studart, dizem que será aberta uma sindicância interna para punir o médico. Segundo nota divulgada pela unidade de saúde, Quintella não é servidor do estado.

“A equipe do Hospital da Mulher está prestando todo apoio à vítima e à sua família. Esse comportamento, além de merecer nosso repúdio, constitui-se em crime, que deve ser punido de acordo com a legislação em vigor”, diz a nota. Segundo Clóvis Munhoz, presidente do Conselho de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), também foi aberto processo disciplinar que pode levar à suspensão do registro de Quintella.

Redes sociais

O médico tem título de especialista em anesthesiologia, registro válido no Conselho Regional de Medicina (CRM) e prestava serviço há seis meses como pessoa jurídica nos hospitais estaduais da Mãe, em Mesquita (também Baixada Fluminense), no Heloneida Studart e no Getúlio Vargas. Nas redes sociais, Quintella mostrava sua rotina de trabalho e em uma das

» Detido homem que ameaçou advogada

O ex-companheiro da advogada Danielle Velasco, que se afastou da presidência da Comissão de Assistência às Vítimas de Violência Doméstica, da Ordem dos Advogados do Brasil da subseção de Niterói, após sofrer agressões dentro de casa e perseguição — inclusive nas dependências da entidade —, teve prisão preventiva decretada ontem. O dentista Marcos Pereira dos Santos foi acusado de descumprir as medidas protetivas de urgência desde março de 2021. Ele estava proibido de se aproximar de Danielle a menos de 500m. Pereira invadiu, na última quinta-feira, a OAB-Niterói e ameaçou a advogada. O juiz titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Niterói, João Guilherme Chaves Rosas Filho, requereu, com urgência, o pedido de prisão.

publicações, em que aparece em um hospital, escreveu: “Em frente, vou ganhando meu espaço na profissão que escolhi fazer a diferença”. Em outra, declarou que as pessoas ainda iriam “ouvir falar muito” dele.

O médico se graduou, em 2017, pelo Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa), na região sul do estado. Atuou em diversos hospitais públicos e privados, e se especializou em anestesia recentemente.

INSEGURANÇA PÚBLICA

Clubes e lojas de armas disparam

» HENRIQUE LESSA

Entre junho de 2021 e março deste ano, o número de clubes de tiro ativos no país subiu de 1.458 para 2.070, um crescimento de mais de 41% em apenas nove meses. Já entre junho de 2021 e maio passado, foram abertas 620 novas lojas para venda de armas, coletados pelo Exército, ao qual cabe fiscalizar o comércio de armas e munições, foram reunidos pelo Instituto Igarapé — organização não governamental que se dedica ao estudo da violência e seus efeitos para a sociedade. Para especialistas e estudiosos do setor, tais números são alarmantes.

Esse avanço tem a ver com uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL), defensor da ideia de que uma pessoa armada tem mais chances de enfrentar a violência. Além disso, em vários eventos dos quais participou enfatizou para sua base eleitoral que “povo armado jamais será escravizado”.

Segundo Michele Ramos, do Instituto Igarapé, há atualmente o total descontrolado na compra de armas e munições. Ela salienta que a falta de levantamentos oficiais quanto à origem dos artefatos usados pelo crime dificulta o dimensionamento do real tamanho do problema.

Isso se confirma, conforme observa Michelle, por meio de recente estudo do Instituto Sou da Paz, que reuniu as marcas das munições deflagradas nas áreas de crimes e confrontos armados no Rio de Janeiro. Quase metade dos cartuchos encontrados são produzidos pela CBC, o que, segundo ela, é um forte indício de serem munições legais. Mas, pela falta de marcação, torna impossível o rastreamento até a origem daquela munição.

Michele lembra, ainda, do caso do CAC (coleccionador, atirador esportivos e caçador) Vitor Furtado, preso em Goiânia no início do ano com 26 fuzis que, segundo as investigações, estavam sendo negociados com uma facção criminosa do Rio.

Desvio legal

Já para Roberto Uchôa, que é policial federal e dirigente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf), o crescimento do número de clubes de tiro é um fator negativo, em especial para os praticantes tradicionais do esporte. Ele observa que, atualmente, há a adesão de milhares de atiradores que “não estão interessados no esporte, apenas em andar armados pela rua”. Isso representa, conforme salienta, mais insegurança pública.

Uchôa explica que o porte ou

a posse de arma para defesa pessoal é uma atribuição legal da PF e que cabe ao Exército a regulação da prática desportiva do tiro. Por isso, para ampliar o porte de armas sem a necessidade de aprovação de um projeto de lei no Congresso, o governo fez, segundo ele, um desvio legal.

Dempsey Magaldi, ex-policial, instrutor e diretor de uma escola de tiro em Porto Alegre, defende que o crescimento de clubes e escolas aumenta a segurança da população. Ele garante que a fiscalização desses estabelecimentos pelo Exército é muito rígida.

Magaldi considera que o Estado deve seguir exigindo uma qualificação técnica e psicológica mínima para os interessados em se tornar atiradores ou portarem armas. E discorda de Bolsonaro, que insiste que armas dão “liberdade”. “Um remédio amargo para tratar uma situação de força”, classifica.

Para Magaldi, o desvio de armas e munições para o crime são eventos isolados. Para ele, quando isso ocorre, envolve pessoas “infiltradas” nos clubes de tiro e que não são, realmente, atiradores. Ele acredita que se as forças de segurança permitissem a essas instituições acesso aos sistemas de informação policial, seria mais fácil barrar indivíduos potencialmente perigosos ou sob investigação judicial.

Faroeste caboclo

Evolução na abertura de comércios e clubes de tiro

LOJAS DE ARMA DE FOGO ATIVAS

SFPC* por região militar	Dez/2019	Jun/2021	Mai/2022
1ª (RJ e ES)	60	87	137
2ª (SP)	242	304	362
3ª (RS)	324	388	440
4ª (MG)**	103	130	162
5ª (PR e SC)	316	513	674
6ª (BA e SE)	50	72	97
7ª (AL, PE, PB e RN)	90	108	144
8ª (PA, AP e MA)	94	133	158
9ª (MT e MS)	111	140	193
10ª (CE e PI)	27	39	56
11ª (DF, GO, TO e Triângulo Mineiro)	143	191	276
12ª (AM, AC, RO e RR)	97	123	149
Totais por período	1.657	2.228	2.848

ENTIDADES DE TIRO ESPORTIVO ATIVAS

SFPC por região militar	Jul/2020	Jun/2021	Mar/2022
1ª (RJ e ES)	51	84	143
2ª (SP)	168	195	295
3ª (RS)	150	180	230
4ª (MG)**	117	142	212
5ª (PR e SC)	202	333	472
6ª (BA e SE)	59	90	118
7ª (AL, PE, PB e RN)	93	105	148
8ª (PA, AP e MA)	46	53	74
9ª (MT e MS)	59	71	96
10ª (CE e PI)	36	45	62
11ª (DF, GO, TO e Triângulo Mineiro)	68	105	146
12ª (AM, AC, RO e RR)	43	55	74
Totais por período	1.092	1.458	2.070

LIMITES PARA OS CACS

Antes de 2021***			Atualmente		
Munições/ano	Armas (por calibre)		Munições/ano	Armas (por calibre)	
Nível	livre	restrito	Nível	livre	restrito
I 4.000	2	2	II 180.000	30	30
II 10.000	4	4			
III 20.000	8	8			

*SFPC: Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército
**Exceção Triângulo Mineiro
***Decretos 10.627, 10.628, 10.629 e 10.630, de 12 de fevereiro de 2021
Fonte: Dados do Exército compilados pelo Instituto Igarapé

